

ATA DA 18ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018
REALIZADA EM QUATRO DE ABRIL DE 2018.

No dia quatro do mês de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Oitava Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório do Orquidário Municipal – Praça Washington, s/nº – José Menino - Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 17ª reunião; 2 – Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista - (CBH BS) - Exposição dos assuntos debatidos nas Câmaras Técnicas – Marcio Gonçalves Paulo (representante da SEMAM no Comitê de Bacias); 3 – Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – Informes sobre os Trabalhos Desenvolvidos (Coordenador – Marcos Libório-SEMAM; Vice-coordenador – Eduardo Kimoto-SEDURB); 4 – Câmaras Técnicas – revisão da composição; 5 – Atualização do Regimento Interno; 6 – Comunicados da Secretaria; 7 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Marcio Gonçalves Paulo e Luiz Otávio de Almeida Castro - SEMAM II-; Marcos P. Bandini – SESEG; Fátima Regina F. Dias – SEDUC; Alexandre Magno J. – SEFIN; Romilda Lorenzo Gomes – SETUR; Paulo Antonio Fritelli – SMS; Juliana Maria de Souza Freitas - SEDURB; Ana Paula C. Machado – COHAB; Renato Carvalho – CET; Renan Ribeiro – Unisanta; Cleide Barbieri de Souza - UNILUS ; Thaís Carezato de O. Markevich – CIESP; Alba M. G. Kannebley – A.C.S.; Ademar Salgosa Junior– CREA; Eduardo Lustoza e Domingos Mariotti Tringali– AEAS; Zenivaldo Ascenção dos Santos - ABES; João Guedes Neto – Sindicato dos Engenheiros; José Roberto dos Santos Fernandes - ASSOC. SURF; Renato Prado e Ibrahim Tauil – CONCIDADANIA. Foram justificadas as ausências de: SEMAM I; PRODESAN; UNISANTOS; UNIMONTE; OAB. Ausentes: SEMES; SIEDI; SEAS; SESERP; SAPIC; SECULT; SERIC; SEDES; FATEC; Fundação Mokiti Okada; Soroptimistas Internacionais de Santos; Ecofaxina; COMEB. Participaram os convidados: Cíntia A. L. do Prado - SEMAM; Eduardo Kimoto Hosokawa – SEDURB; Dafne Pedro Jaune – Vox Vegan e os munícipes Marcia Gonçalves, Filippe Barreto, Isabel de Almeida Camparini. O presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a se opor quanto à ata, enviada por e-mail para leitura prévia, que foi aprovada por unanimidade. Com a pauta mais leve, propôs participarem da entrega do PGRS e convidou a todos a comparecerem ao Teatro Guarany, às 11h. Em seguida, Sr. Eduardo passou as informações sobre a Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima, criada como resultado do Projeto MetrÓpole, composta por especialistas e em contato com outras esferas, uma delas o contato técnico com o Ministério do Meio Ambiente, que criou o Plano Nacional na metade de 2016, tendo Santos criado o Municipal no final do mesmo ano, um plano em seu estado da arte que possibilitou um contato maior com o Ministério, o qual possui parceria com o governo da Alemanha há mais de 50 anos, em ciclos temáticos, e Santos foi incluído no ciclo de vulnerabilidade costeira. Em março, representantes do Ministério estiveram na Secretaria de Meio Ambiente em Santos com o GIZ, agência escolhida pelo governo da Alemanha, para iniciarmos o Plano de Trabalho. Aqui presentes, Sr. Bandini, membro da comissão e Sr. Renan, que participa com o projeto NPH da Unisanta. Atualmente há apoio técnico e/ou

financiamento, para a recuperação dos mangues pelo Ministério, desde que os projetos desenvolvidos possam se enquadrar em alguma das propostas. Também está sendo desenvolvido o Inventário dos gases de efeito estufa e em maio se dará a próxima reunião com o Ministério do Meio Ambiente. Sr. Bandini esclareceu que uma das preocupações do MMA é desenvolver políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas. A importância, tal qual o município de Salvador, é que nossa iniciativa seja utilizada como multiplicadora, pois são 5561 municípios no Brasil que não podem ser atendidos individualmente. Com nossa experiência, podemos sugerir aos municípios da Baixada que também participem, para desenvolver projetos em âmbito metropolitano e, sendo mais solidários e audaciosos, ampliar a visão e a ação, uma oportunidade e também uma missão. Sr. Eduardo destacou a dificuldade de desenvolver os trabalhos, pois cada membro fica em sua secretaria e um dos objetivos é que a comissão tenha mais autonomia. Sr. Ibrahim comentou que o governo federal assinou acordos internacionais para projetos de exploração de petróleo, minério, hidrelétrica, distorcendo um pouco a finalidade da assinatura do acordo de Paris, e, paralelamente, inclusive matéria do dia, no jornal A Tribuna, temos a discussão sobre o tema com o Plano de Uso e Ocupação do Solo, Plano Diretor, Código de Edificações que fragmentam questões a fim de responder ao que prevalece ao poder econômico, detonando com o social e ambiental, e perguntou: a comissão do clima está sendo inserida nesses planos? Sr. Eduardo disse que a respeito da questão ambiental, o Ministério também sofreu esse problema ao tentar impor a sustentabilidade, enquanto outros ministérios tentavam ampliar pastos e desmatar as florestas, houve reuniões em que apenas o MMA estava presente com o técnico oficial e assim não conseguiam fechar o plano. Em Santos todas as secretarias têm um representante mais um suplente na comissão. Sr. José Roberto disse que a visão está em cima do capital, mas não vê pauta sobre questões que são do estado, como as ocupações irregulares nos mangues e nas encostas. O estado deve se fazer presente com habitação, saúde. As normativas do Meio Ambiente internacionais são tantas que conflitam, mas somos obrigados a segui-las. Relatou que participou de estudos no litoral norte e que as áreas estão invadidas, não entende como isso acontece. Sra. Márcia ressaltou que no morro do Voturuá são os animais que estão se evadindo. Sr. José Roberto lembrou que o estado tem patrulha e Santos também. Sr. Bandini disse que houve avanços do ponto de vista de legislação em relação ao plano diretor, em desenvolvimento desde 2013 e hoje em análise na Câmara, há políticas que já fazem parte dele. Quanto à LUSO, é mais complexa, pois o Comdema possuía assento no Conselho de Desenvolvimento Urbano e não possui mais. Internamente propusemos como Defesa Civil sugestões que não foram incorporadas, para restringir em nossa área insular garagens subterrâneas, por exemplo, e nem essa recomendação passou. Temos avanços e limites e o Comdema não tem como interferir, mas podemos fazê-lo por meio de nossas entidades e individualmente. No momento está aberto para recebimento de propostas pela internet e as audiências públicas serão no dia de hoje no centro e amanhã no Sesc, a partir das 18h30. Quanto aos responsáveis para conter as invasões, Sr. Bandini disse que o planejamento é da Secretaria de Segurança e recentemente foi fechado convênio com o governo do estado com o Programa Litoral Sustentável e sugeriu que seja feita apresentação no Comdema. Os membros do

programa se reuniram na primeira quinzena de fevereiro com o Secretário Libório para atualização, sendo que há necessidade de outras. Possui equipamento, como imagens por satélite com períodos mais curtos, sala de situação, novos fiscais, estratégia para ação. Poderia ser uma forma do Conselho se apropriar e lançar propostas para complementar. Sr. José Roberto lembrou que não se pode jogar a responsabilidade em um fiscal, que precisa ir acompanhado com patrulha nas favelas. Sr. Bandini contou que ele em particular entra sozinho. Sr. Lustoza disse que, ligado ao desenvolvimento sustentável está o social, que se não for levado em consideração, estarão excluindo famílias que já estão expulsas do convívio social e que em agosto fará apresentação de proposta sobre desenvolvimento sustentável e ofereceu antecipá-la no conselho do Comdema. Sr. Orlandi mostrou no Condesb municípios com restrições, que protegem falsamente o meio ambiente, quando teríamos como expandir. São milhões de toneladas de milho e soja e de proteína animal e vai continuar crescendo, porque a população também está, mas também pode haver crescimento das hidrovias, meio mais econômico e sustentável. São 12 milhões de metros quadrados de área hidro e ferroviária a empregar quem está degradando. Na ilha de São Vicente, pessoas estão sendo expurgadas para a periferia, o Rio Branco está sendo degradado. Sra. Taís/Ciesp comentou que o Ministério do Trabalho não deixa contratar como aprendiz e o sindicato obriga a iniciar com salário de R\$ 3000,00 o que é inviável para as empresas. Sra. Márcia comentou que não podem destruir a natureza, e o homo sapiens o faz. Sr. Lustoza respondeu que a proposta é proteger tanto o meio ambiente quanto o homo sapiens. Sr. Ademar agradeceu e solicitou ao Sr. Eduardo Kimoto que atualizasse as informações sobre a obra de contenção de erosão na Ponta da Praia. Ele explicou que trata-se de um projeto piloto em convênio com a faculdade de engenharia da Unicamp, cujos professores desenvolveram a custo zero. Existia uma dinâmica natural que deixava a Ponta da Praia existir, mangues, não havia emissário nem dragagem, e uma nova dinâmica alterou o giro das águas. O aumento do nível do mar é um problema mundial, mas na Ponta da Praia o avanço foi muito rápido. Com retorno de uma multa ambiental, conseguiram os recursos para implantar a obra de contenção, submersa, com geobags, em trama, preenchidos com areia da praia, como um coador de café, e estará pronto até abril, no total são cerca de 500 m. Estão trabalhando junto com a natureza, uma obra de baixíssimo impacto ambiental. Sra. Dafne perguntou quais são os pequenos impactos. Ele respondeu que tanto o Ibama, a Cetesb e a Semam consideram de baixíssimo impacto ambiental, trata-se de uma armadilha de sedimentos e os impactos serão monitorados, o que a Unicamp faz desde 2008. Sr. Bandini lembrou que as intervenções estão atrasadas por conta do Ministério Público, o que foi equacionado pela administração municipal, pois tem que ser realizado em janela meteorológica até meados de março, mas estão andando bem. Por enquanto está se mostrando de baixíssimo impacto ambiental. Sr. Ibrahim comentou sobre o relato de Sr. Lustoza, que o crescimento populacional é fato e estudos, como controle de natalidade, provam isso, e a instalação de incineradores não precisa acontecer, já que existe tratamento anaeróbico e energias renováveis, indústrias de reciclagem para agregar valor à população. Sr. Lustoza disse que a apresentação é mais simples, com tecnologias e parâmetros para mitigação, dentro dos padrões estabelecidos. Participa do projeto de uma usina de

reciclagem que deveria ser implantada aqui, no local onde os resíduos são gerados, e não mais enterrarem a matéria-prima. Sr. José Roberto destacou que só até o ano que vem, pois o aterro vai se esgotar. Sr. Lustoza disse que há furor regulatório no Brasil, o que atrapalha as soluções. Sr. Paulo/SMSaúde perguntou qual a melhor opção, a usina eólica ou de energia solar e Sr. Lustoza respondeu que o grafeno é muito superior ao aço e é mais barato, que estamos às vésperas de uma revolução energética e tudo vai virar obsoleto. Sra. Cíntia/Semam disse que se equipassem as residências com energia solar, não haveria impacto e produziria a energia necessária. Os equipamentos que não estão prestando no primeiro mundo estão sendo jogados para o terceiro. Deveriam utilizar áreas que já estão degradadas para novas obras e não desmatar outras. Sr. Ademar relatou que ele, Sr. Renan e outros colegas estiveram no Fórum Mundial da Água em Brasília e assistiram a apresentações sobre problemas como a seca, inundações e degelo das geleiras, questões que envolvem muito dinheiro e vão impactar principalmente as cidades litorâneas. Sr. Renan falou que assistiu sobre possibilidades de financiamento, como o GEF – Global Environment Facility - que destaca a integração da bacia hidrográfica com o mar e que, sobre a reunião do Comitê de Bacias, não houve porque o secretário estadual de Meio Ambiente estava no Guarujá com os secretários municipais, foi reagendada para abril, na qual trarão as previsões dos gastos até 2019. Nas Câmaras Técnicas de Planejamento e Gerenciamento estão sendo avaliadas 29 propostas e até maio serão classificadas, sendo submetidas ao Fehidro até o meio do ano. A Câmara Técnica de Educação Ambiental elaborou e publicou alguns projetos na revista Unisanta Science and Technology, mostrando resultados de trabalhos financiados pelo Fehidro. Passando ao assunto seguinte da pauta, Sr. Ademar lembrou quais as vagas que existem nas Câmaras Técnicas. Sra. Romilda/Setur completou uma vaga na C.T. de Legislação. Sra. Cintia perguntou se as câmaras propõem legislação e responderam que não, analisam questões como a do herbicida na área urbana, que deixou de ser aplicado após análise e contestação desse conselho, que consultou órgãos como a Anvisa. Sr. Ibrahim comentou que o prefeito deu uma entrevista, na qual deixou claro que quer voltar a utilizar o mata-mato, o que é proibido por lei federal. Ressaltou que apresentou proposta com capinação mecânica feita por pessoas em situação de rua, matando dois problemas, o ambiental e o social. Sr. Domingos explicou que a prefeitura acatou o parecer do Comdema e enfatizou que o dono do imóvel precisa retirar o mato no entorno de sua propriedade. Lembrou que Sr. Adriano da Ong Sem Fronteira comentou que a população de rua tem um perfil delicado, com episódios de agressões e tentativas de assassinato. Sr. Ibrahim perguntou sobre os conselheiros que não têm comparecido e a secretária respondeu que diversos foram substituídos, hoje, por exemplo, estamos com a presença da nova integrante da Seduc, Sra. Fátima, que se apresentou. Sr. Paulo/Saúde disse que acha que o Sr. Laerte não deseja mais participar. A Câmara de Desenvolvimento Sustentado foi completada com a Sra. Mariângela/Unimonte na reunião de março. Em relação ao Regimento Interno, o presidente informou que após completar os 30 dias, haverá mais 30 de prazo para enviar propostas. No item Comunicados da Secretaria, a secretária informou que a USP respondeu ao Instituto de Pesca sobre interesse em participar do projeto a respeito de contaminação de moluscos. Em

seguida leu a resposta da Semam sobre o ofício enviado pelo Comdema inquirindo sobre o Plano da Mata Atlântica, que diz que o grupo de trabalho está sendo reestruturado. Deixou à disposição ofícios de vereadores sobre questões de arborização, cópias que chegam para o Conselho, enviadas à fiscalização da Semam. Sr. Bandini confessou que continua indignado pelo Plano da Mata Atlântica estar estagnado, ele daria visão estratégica, é fundamental e está inserido em planos maiores. Deveria ser dado um prazo, de um ano, por exemplo, e com certeza terá apoio de universidades e da Fundação Florestal. Deve haver uma leitura sobre a conservação, áreas de preservação, qual o diagnóstico, propostas, formas de fiscalização. Levantamento dos Biomas, se temos áreas degradadas e como será feita a recuperação, quais e quantos, com soluções de conservação e de recuperação, como da nascente no morro da Santa Terezinha. Sra. Márcia comentou que há total falta de interesse do poder público sobre as áreas ambientais, em completa destruição. Sr. Ibrahim despediu-se e se retirou para o encontro no Teatro Guarany, mas antes sugeriu que a Câmara de Legislação analisasse projetos de edificações como a reforma do Parque Rebouças e da praça em frente ao Sesc, onde disseram que manteriam todas as árvores, mas já ouviu o contrário. Em seguida, Sr. Luiz Otávio informou que entrou em contato com o gabinete da Semam e este comunicou que só falta uma secretaria enviar os nomes dos suplentes para o Grupo de Trabalho do Plano da Mata Atlântica. Em seguida, em Assuntos Gerais, Sra. Márcia, relatou sobre os acumuladores de animais, pessoas com problemas mentais que abastecem locais públicos e privados de cães e gatos, disse que a prefeitura não tem projeto e que o maior problema são os felinos, pois os caninos dão votos. A seguir, Sr. Filipe relatou que existe uma área alagadiça na Rua Augusto Barata com jacarés de papo amarelo, expostos aos caminhoneiros. Sr. Luiz Otávio/Semam explicou que se trata de uma lagoa artificial que se formou após aterro, está monitorada, em área privada em negociação com o SPU, com obra programada. Foi identificada saída até o rio, os animais acessam o estuário e retornam. Sr. Ademar informou que está interditada, sob intervenção. Sra. Cíntia/Semam perguntou de quem é a obra. Sr. Ademar respondeu que é uma obra da Codesp que inclui passagem para a fauna. Sr. Lustoza informou que é uma alternativa de segurança, com viaduto e estacionamento rotativo. Sra. Cíntia disse que em reunião anterior desse conselho houve apresentação de representantes da VLI e perguntou quando será a apresentação do contraponto e sugeriu o Sr. Élio Lopes. O presidente explicou que pessoas com posição contrária estavam na reunião e tiveram direito à palavra e não recebeu solicitação dele nem do movimento. Ela disse que faz parte do movimento e faz agora solicitação para incluir na pauta. O presidente respondeu que todos que quiseram falar, falaram e se houver interesse dele, pedir que envie uma solicitação por ofício. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, contendo cinco páginas, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR

SANDRA CUNHA DOS SANTOS